
053ª SESSÃO ORDINÁRIA 11JUN2018

(Texto com revisão.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Presidente, colegas, todos os que nos acompanham pela TVCâmara; subo a esta tribuna para fazer um relato da reunião de hoje pela manhã com alguns Vereadores desta Casa e com a presença do Prefeito Nelson Marchezan. Quero deixar registrado publicamente que teremos um simulador para a questão da revisão da planta do IPTU. Os Vereadores se reuniram com o Prefeito, os Vereadores da base, alguns Vereadores independentes, o Secretário da Fazenda estava presente. A Prefeitura já trabalha na questão do simulador com todos os cuidados necessários para não atingir o sigilo fiscal de nenhum contribuinte de Porto Alegre. Acho que isso é uma notícia importante no dia de hoje.

Também quero dividir com vocês que, da mesma forma que no ano passado, através de um substitutivo, os Vereadores presentes na reunião, junto com o Governo, definiram encaminhar um nesta Casa, para deixar esclarecida, sem sombra de dúvida, uma questão muito importante para o servidor público. Os Vereadores e o Prefeito dialogaram hoje pela manhã, para, através de uma emenda coletiva protocolada na Casa, assegurar que os regimes de quem os têm não serão afetados. Quero deixar publicamente o recado em nome dos Vereadores que estavam presentes, dos vêm fazendo esse debate com o Governo nos últimos dias. Agora, queremos, de uma maneira profícua, com o conjunto de todos os Vereadores, debater esses projetos estruturantes, que são tão importantes para o futuro da Cidade. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. José Freitas assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): O Ver. André Carús está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (PMDB): Sr. Presidente, Ver. José Freitas; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, vou usar o tempo de Liderança do nosso partido, o MDB, para tocar em dois assuntos que têm relação com a mobilidade urbana, e em um sobre o projeto de revisão da planta de valores do IPTU. Começando pelo tema da mobilidade urbana. Nós, há poucos dias, tivemos a necessidade do Município cumprir uma sentença judicial de interdição do conhecido Casarão Azul, que fica na esquina da rua Riachuelo com a rua Mal. Floriano Peixoto. O Casarão Azul é uma história antiga, de muito tempo, com diversos herdeiros. Ao longo dos anos, nenhuma providência foi tomada para que se evitasse o risco de queda daquele prédio, que é um prédio histórico da nossa Cidade, porém de propriedade particular. Por essa razão, pela divergência que existe entre os responsáveis pelo prédio, o Poder Judiciário decidiu que a Prefeitura de Porto Alegre, para que não se causasse nenhum dano, nenhum risco à coletividade, tomasse as providências do seu isolamento. Mas uma atitude como essa reflete tanto nos moradores como nos comerciantes. Quem circula pelo Centro Histórico e é conhecedor daquela região sabe que, desde que foi bloqueada a circulação de veículos daquele pedaço da rua Riachuelo até a General Câmara, atravessando a Borges de Medeiros, os comerciantes de toda ordem, de todos os ramos de atividade têm sofrido muito com uma queda acentuada no movimento dos seus negócios. Nós temos ouvido cada um deles, desde o dia 1º de junho temos dialogado, e até quero reconhecer que a assessoria comunitária da EPTC também tem estado presente. Porém o diálogo do dia 1º até agora efetivamente não produziu nada. Estivemos na última quinta-feira, fomos muito bem recebidos pela representação da EPTC e também pelo Secretário Adjunto de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, o Dr. Alcimar. Saímos de lá com a resposta de que, até o meio-dia de sexta-feira, teríamos um desfecho da EPTC em conjunto com os moradores e, principalmente, com os comerciantes. Não ocorreu. Passou o final de semana, não aconteceu, o bloqueio permanece. É bem verdade que a Prefeitura está direcionando esforços para uma contratação emergencial, para que se coloquem os tapumes que vão acelerar a liberação do trânsito. Mas, até que isso ocorra – Ver. Moisés, eu liguei para o senhor, que me auxiliou nessa pauta –, o comércio continua minguando. Houve até uma concordância por

parte da gerência de trânsito da EPTC para se alterar o fluxo da Jerônimo Coelho, para não piorar ainda mais essa situação, que vai gerar o fechamento de alguns negócios – estacionamento, lancherias, livrarias – e vai provocar também desemprego numa região importante como a do Centro Histórico. Fica aqui o recado e o apelo para que o Governo seja ágil nessa solução. Os comerciantes da rua Riachuelo, nesse trecho que referi, estão agonizando e passando sérias dificuldades. Para isso tem que decidir! A EPTC tem que tomar uma decisão sem nenhum prejuízo daquilo que está previsto na sentença judicial em relação ao prédio do Casarão Azul.

Segundo ponto: vou trazer um tema sobre o qual o Líder da nossa bancada, o Ver. Mendes Ribeiro, já foi autor de um Pedido de Informações. Foi respondido, no ano passado, que haveria um processo licitatório para essa finalidade, mas isso não ocorreu – é a situação da Área Azul em Porto Alegre. Hoje todos os parquímetros, em diferentes regiões da Cidade, estão sujeitos ao vandalismo, ou já foram depredados, ou vandalizados, ou estão envoltos num saco plástico, o que passa um atestado de abandono. Fora que, não tendo parquímetro funcionando com regularidade, o cidadão está sujeito ao achaque do flanelinha que não é cadastrado. O flanelinha pensa: “Bom, já que o equipamento público não funciona, eu estou no direito de achacar, de morder”. Isso tem ocorrido e tem penalizado diretamente o cidadão e, materialmente, o veículo desse cidadão, quando ele se recusa a pagar qualquer tipo de valor ao flanelinha. É importante que se digam prazos, que se informe quando vai se realizar uma licitação, para que se retome o funcionamento dos parquímetros e da área azul em Porto Alegre.

Por fim, Ver. Moisés, importante a sua colocação sobre o simulador na questão do IPTU. Na última sexta-feira, ouvindo o Secretário Leonardo Busatto numa emissora de rádio local e, novamente, numa reunião da Comissão Especial do IPTU, na quinta pela manhã, tive dele, assim como os demais Vereadores que participavam, a resposta de que o simulador poderia individualizar o debate. A opção pela falta de transparência compromete o andamento, mais uma vez, deste processo. A opção pelo atropelo e pela não retirada da urgência, uma vez que a noventena pode ser cumprida votando até o dia 30 de setembro, também compromete.

Peço que o Governo reavalie, pense melhor, o simulador é o instrumento real que vai colocar o cidadão em condições de calcular, em caso de aprovação da revisão da planta, quanto ele pagará pelo tributo e quais serviços ele terá devolvido a partir deste projeto,

que é um projeto que revisa a planta, mas também é um projeto que aumenta a arrecadação. É um projeto que aumenta a arrecadação, e o próprio Governo tem reconhecido isso. É fundamental que se tenha o simulador, porque sem simulação, o cidadão não sabe... Ele já está com a carga tributária pesada dos impostos federais, dos impostos estaduais. Precisamos de transparência, para que este projeto não seja só um projeto para este Governo em termos de arrecadação, mas seja um projeto de Cidade, transparente, de fácil acesso e de conhecimento do cidadão. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RODRIGO MARONI (PODE): Boa tarde, Vereadores, Vereadoras, colegas da Câmara presentes, pessoal que nos assiste nas galerias; eu gostaria de manifestar uma coisa que eu venho repetindo e é importante, Tarciso: no dia que não tem votação, nós orientamos os Vereadores que têm algum tipo de acesso, Sgarbossa, principalmente a Sofia, eu quero me dirigir a ela. Eu, por exemplo, amanhã iria na assembleia do Simpa, e eu não tenho nenhum voto, não tenho nenhuma preocupação com o voto dos municipais, pelo contrário, não é uma causa que peguei para atuar diariamente. No entanto, Tarciso, sempre votei favoravelmente ao serviço público por princípio, relatando o meu pai, a minha mãe, a história da década de 1990. Só que, lamentavelmente, talvez por má condução política – eu acho que aí é que entra o grave problema – tanto por parte dos Vereadores que têm algum tipo de acesso ao sindicato como por parte dos diretores do sindicato, que fazem aqui um discurso e fazem outro lá dentro... Eu tinha pedido uma audiência com o Marchezan na tarde de hoje, sabe para quê, Tarciso? Para fazer uma combinação, dentro do pacote e tal, para o meu voto ser retirado, Moisés, porque eu sempre votei por convicção. Mas eu confesso que, pela primeira vez, eu ando irritado, porque eu recebi tanta mensagem descarada, Cassiá, de gente desconhecadora dos votos, dizendo que eu – e sei que outros Vereadores – não votei a favor. Mas, no ano passado, na greve, como qualquer votação que teve do serviço público, eu votei favorável ao serviço público municipal. O problema é o entendimento das coisas. Eles não queriam que fosse votado o pacote, nós não votamos; aí eles causam tudo isso. Então, quero

manifestar que eu, pela primeira vez, estou pensando sinceramente em votar contra o serviço público municipal. Não é para justificar, Sofia, politicamente nem nada, porque eu não preciso de justificativa. Eu estou cagando e andando, não tenho medo de votar em nada aqui, voto sempre como eu quero, como eu penso e acabou, e não é pressão de galeria, não é nada disso. Acho que falta uma condução política de tua parte, que tem algum acesso ao sindicato, ao Terres, que é do teu grupo político dentro do sindicato. Historicamente, dentro de teu grupo, eu, que transito e milito há bastante tempo, sei que ele é teu aliado, teu parceiro, é da mesma corrente política que tu. Não é possível que tu não possas orientar um diretor do sindicato ou aquele outro menino que invadiu aqui – não me lembro o nome, aquele rapaz que também é do teu grupo político, me fugiu o nome dele agora, aquele que foi o primeiro a invadir –, não é possível que tu não consigas dar uma orientação falando que nem todos os Vereadores que não são do PT e do PSOL são ruins. Tem Vereadores que votam com o serviço público há muito tempo, explica isso, senão o povo paga de burro e ainda empurra o voto dos Vereadores para lá! Eu, que nunca votei contra o serviço público, Janta, em nenhuma votação, sinceramente, ouvi coisas escrotas de gente absolutamente desinformada. É importante se explicar. A relação dos Vereadores é complexa, são 36 Vereadores, talvez tenha uns dez liberais, que eu respeito, como o Felipe, meu amigo, meu colega, ele defende, é a opinião dele, a minha não é essa. Talvez seja a própria opinião do Prefeito um pouco menos de serviço público, liberal e tal, mas os Vereadores não são, Sofia. E não são só os que são da DS do PT, do teu grupo, que conduzem o sindicato. Eu estou há quatro anos votando com o serviço público para ter que ouvir baixaria, para ter que ouvir desaforo? Não é possível! Se algum protetor de animais vier aqui te xingar, e tu tiveres votado por política pública que não existe pelos animais, eu vou explicar: “Eu sou protetor de animais, essa é a minha causa, mas a Sofia, aquela professora que gosta de gritar, que fala de todos os temas, gosta de discutir tudo, gosta de debater e se inscreve sempre para falar, também é uma pessoa razoável, também é uma pessoa que votou pelos animais”. Vou explicar: “Ela é professora da DS, do mesmo grupo do sindicato, mas ela não é minha inimiga, ela vota com vocês”. Eu não vou ser idiota de fazer política de agitação barata, senão perco o meu voto! Eu não preciso desse voto, eu recebi todo servidor, porque eu votei a favor do serviço público. Quando é que tu vais explicar isso, Sofia? Quando é que tu vais falar para os diretores do sindicato e explicarem isso? Eu quero te pedir! Quando é que tu vais falar

que o Bosco também vota, que o Tarciso votou muitas vezes, que o pessoal do PDT tem votado, que o Janta tem votado? Tem que explicar isso, senão a gente ouve desaforo. Eu quero dizer neste último minuto, para finalizar, que, além de tudo, agora eu tenho sido acusado de Vereador midiático. Midiático do quê, Bosco? Midiático do quê? Se o meu trabalho foi quatro anos, Freitas! Quatro anos de realidade desta tal de política pública para os animais não existir, Tarciso. Quatro anos dentro de bueiro! Mas vão... Se eu fosse utilizar o termo que eu ia dizer, eu ia dizer bem forte aqui um palavrão. Mas o que é isso? Quatro anos abrindo mão da minha vida para dizerem que sou midiático, Marcelo? Midiático da realidade! Eu estou quatro anos em campanha e qualquer um pode fazer! Eu não apareço em véspera de eleição para tirar foto com cachorro bonito no colo. A minha vida são 10, 15, 20 animais todos os dias no meio da merda, do sangue. Midiático! Abrindo mão da minha vida. Mas olha, vão se catar! Vão se catar! Criar vergonha na cara! Botando o meu salário... Como ontem de noite, eu te liguei às 11 da noite, de dentro da Elizabeth, não te liguei? Onze da noite! Essa é minha realidade! Para chamar de midiático? Eu não tenho aparelho partidário, nem político, nem quero fazer demagogia aqui. A minha vida, o que eu falei foi o que eu vivi. Preferi ser um político, Sgarbossa, que falava do que vivia. Não dou direito a ninguém de gozar do meu trabalho, da minha cara, porque, pelo contrário da maioria, eu não fico sentado dentro dum gabinete, não vou morrer de lordose, de dor nas costas por ficar atendendo no ar condicionado, como uma senhora Deputada que faz isso! Dia e noite, ficar dentro do meu gabinete, no ar condicionado seria muito mais fácil. Para mim, estar no meio da merda e ouvir que sou midiático! Mas vão para... Olha, enfim, não é?

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR TARCISO FLECHA NEGRA (PSD): Boa tarde Presidente, Vereadores e Vereadoras; o Ver. Moisés, nosso Líder do Governo, passou as propostas maravilhosas do nosso Governo. Isso é bom, é bom para o trabalhador, é bom para aqueles que pagam impostos. Parabéns, Moisés; parabéns ao Prefeito! Quero dizer que, às vezes, alguma coisa me aborrece, mas eu sei que isso é a política. Eu não vou mudar meu voto nunca

por A ou B. Eu sempre votei com os trabalhadores, sempre votei pelo esporte, eu não sou um cara de duas caras, sempre votei pela educação e sempre votei pelo trabalhador, aquilo que o meu pai, os meus irmãos, que muitos e muitos que ajudaram a construir este País fazem.

Eu estive olhando no meu Face, muita gente mandando para mim que eu estava contra os trabalhadores. As pessoas leem e não entendem. Eu não sou contra: quando eu voto num projeto de urgência, eu sempre voto “sim”; quando vem um pedido para um título, eu voto “sim”, porque há um entendimento entre os Vereadores de não cortar ninguém, e há um entendimento também de que tudo que é urgente tem que se votar. Agora, no momento em que vamos votar algumas emendas ou algum projeto do Governo, aí sim. O que é que eu votei? Eu votei para que esse projeto venha para o plenário e venha para o espelho, para que cada um vote com o seu coração. Não vão me impressionar galerias cheias. Eu passei muito sufoco na minha vida, no futebol, em La Plata, era uma guerra, era o Brasil contra a Argentina. Eu não corri do campo, joguei até o fim. Com o meu “sim”, com o meu “não”, joguei até o fim. E não vou correr também, o meu voto está no meu coração. Naquilo que eu acho que é de direito, eu vou votar “sim”. Não vai ser por A ou B, ninguém vai me dizer como votar. Eu estou com 66 anos, não vai ser agora que vão me mudar. Poderiam ter me mudado aos 15 anos, mas agora não me mudam mais. Eu aprendi na minha família, Mário de Souza, que o homem tem uma cara só. Esta é a minha cara! Não quero nada. Os meus três mandatos, o último vai até 2020, quero fazer deles algo digno, e sair na rua amanhã de cabeça erguida, conversando e brincando com todo mundo. Meu voto vem do meu coração, e ele sempre foi do trabalhador, prestem bem atenção, do trabalhador! Não são cinco ou seis que vêm no meu ouvido que vão me mudar, não vou mudar. O meu voto vai ser sempre o voto lá do fundo do meu coração, Presidente.

Quero deixar bem claro para essas pessoas que leiam um pouquinho mais. Nós temos o estatuto aqui da Casa, e eu leio. O Prefeito, se ele manda, nós somos obrigados a votar “sim” ou “não”. Foi o que eu fiz, votando “sim” para que as propostas do Prefeito venham para cá, para que todo mundo conheça, e cada um vote como achar que deve votar. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Ver. José Freitas, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; vocês podem ter absoluta certeza de que esta Vereadora – vocês sabem, vocês podem acompanhar pelo Face – é muito transparente com a categoria municipal, com as relações todas que eu tenho. Eu valorizo cada Vereador e Vereadora que não se submetem simplesmente à destruição que o Marchezan quer fazer da categoria, da carreira municipal, das políticas públicas.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

Em nome da bancada do PT – Ver. Oliboni, nosso Líder; Ver. Adeli, Ver. Marcelo Sgarbossa –, quero que os senhores e as senhoras assistam à reunião que aconteceu neste sábado, na Amrigs. Nós fomos ver, cabem 700 pessoas, no mínimo, ali dentro, foi uma reunião bastante numerosa. Todos esses servidores são cargos comissionados do Prefeito Marchezan. Esse Prefeito, que dizia que ia reduzir o número de CCs, Ver. Bosco, muito...

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

VEREADORA SOFIA CAVEDON (PT): Não, não votam aqui, mas foram instados a pressionar os Vereadores e a trabalhar pela aprovação de projetos que são ruins para a Cidade. A primeira questão: eu quero saber quem vai confiar no Prefeito Marchezan, nas boas intenções dos seus projetos, se ele afirmou, na campanha, se ele criticou o oponente Sebastião Melo, criticou pelo número de CCs e disse que reduziria em 30%? Isso aí foi num sábado, gente! Nós sabemos que são mais de 900 CCs, e esse número está crescendo. O Prefeito Marchezan fala uma coisa e faz outra. Mas o mais grave – eu queria que parasse na outra tela do PowerPoint do Prefeito, está pequenininho, eu vou precisar ler para vocês –, para estimular os CCs a combater os seus colegas municipais, a combater o serviço público e a alterar o IPTU, porque agora eu começo a achar que tem problema na proposta, ele botou esta frase, pasmem, de autor

desconhecido: “Não serão os grandes que engolirão os pequenos. Serão os rápidos que triunfarão sobre os lerdos.” Essa frase é de estímulo, de orientação para os mais de 900 CCs da Prefeitura. Mas que Prefeito é esse, que diz que a Prefeitura precisa engolir os lerdos, suplantar os lerdos? Que Prefeito é esse? Ele diz que a frase é de autor desconhecido, mas, para mim, deve ser ele que cunhou essa frase. Que lerdos serão esses, senhores e senhoras? Serão os cidadãos, que ele tenta convencer, Ver. Carús, Ver. Mauro Zacher, que ele tem que convencer que o projeto do IPTU é bom? Que lerdos são esses? Será que são os permissionários do Mercado Público, Ricardo Gomes, que assinaram um acordo na Justiça para fazer o PPCI, um acordo de gestão, e ele colocou um edital na rua, em que ele põe uma cláusula... Sabem qual é uma das cláusulas? Demonstrar experiência em gestão de *shopping center* – é uma das cláusulas da proposta de manifestação de interesse que ele quer para privatizar o Mercado Público. Ver. Carús, tem que ter experiência em gestão de *shopping*! Ele quer transformar o Mercado Público num *shopping*, quando ele fez um acordo de gestão com permissionários, Ver. Adeli, que deram a vida lá dentro e que botam dinheiro todo mês, além do dinheiro do pagamento de aluguel. Quem serão os lerdos? Os que acreditam piamente na cantilena das finanças, Ver. Janta, quando ele diz que as finanças estão quebradas, que a Prefeitura não tem dinheiro, que a incompetência que ele demonstra no dia a dia é porque ele não tem dinheiro? Esses são os lerdos, os cidadãos que acreditam nisso e acreditam que é preciso aprovar projetos que expulsam o funcionalismo? Ou serão os lerdos os Vereadores que ele está atropelando com a urgência, que ele está impondo a urgência no seu ritmo, sem parecer de comissão, sem respeitar comissão especial, sem respeitar os trâmites desta Casa? Serão os Vereadores e Vereadoras os lerdos a que ele se refere que ele vai atropelar como o mais rápido, como o mais esperto? Ou serão os lerdos a população que, às vezes, acredita que o DMAE não funciona de tanto que ele repete que o DMAE não funciona, que precisa de dinheiro privado, quando o DMAE é superavitário, quando tem mais de R\$ 170 milhões em contas não pagas que poderiam ser recuperadas, é só ter equipe, e ele não nomeia os funcionários do DMAE? Tem dois mil cargos vagos! Ou quando ele não ouve o Diretor-Geral do DMAE, que mandou correspondência ao Prefeito dizendo que há um grave risco de continuidade dos serviços do DMAE. Esses são os lerdos, a população, que não recebe o serviço a contento, porque ele mente, falseia os números sobre o DMAE para privatizar?

Encerro dizendo: é assim que o Prefeito orientou seus mais de 900 CCs, que passem por cima da população, desta Casa, dos permissionários, dos servidores, para implantar o seu projeto, que é um projeto de estado mínimo, privatista, combinado com uma irresponsabilidade e uma incompetência de gestão. Chamo atenção dos senhores: nós não trabalhamos com essa lógica, nós trabalhamos com cidadania, democracia e não temos nada de lerdos.

(Não revisado pela oradora.)

Vereador Márcio Bins Ely (PDT) (Requerimento): Presidente, a pedido do Ver. Mauro Zacher, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima Sessão.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Sr. Presidente, eu realmente fico perplexo aqui. Depois de ouvir a Ver.^a Sofia, eu fico me perguntando até aonde vai a vontade das pessoas acirrarem os ânimos, deturparem informações, botarem lenha na fogueira. Isso, no mínimo, é condenável numa escala... Em primeiro lugar, quero deixar claro, Ver.^a Sofia, que a gente compreende as diferenças, “ah, este partido é da oposição; aquele é da situação”, mas a má-fé tem que ter limite, por favor! Eu jamais subiria a esta tribuna para levantar, distorcendo, inclusive, palavras. A senhora afirmou, acho que umas dez vezes, palavras que nem estão no painel. Eu quero deixar claro que é extremamente louvável que o Prefeito Marchezan, que o Vice-Prefeito Paim, que os secretários, o primeiro escalão, as pessoas tenha se reunido para tratar da agilidade do serviço público. Quando o Prefeito, este Governo se reúne, faz um seminário de gestão, fala sobre agilidade, aí vêm as interpretações mais estapafúrdias, para colocar o serviço público, os partidos, num ano eleitoral, contra o Governo, inventando coisas mirabolantes. Eu parableno pela criatividade, mas uma criatividade nefasta, é um absurdo o que foi dito aqui! Parableno este Governo por ter se reunido. Existe diminuição matemática sim, já

exposta aqui, no número de CCs, mas, mesmo assim, lembro que, quando há paralisação, muitas vezes são esses CCs que fazem a gestão pública não parar totalmente, por mais que a gente respeite a manifestação da categoria, as paralisações democráticas, a verdade tem que ser dita. Eu repudio a fala falaciosa que foi feita aqui. Seminário de gestão para dar agilidade ao serviço público, porque, nós, o contribuinte lá fora, o 1,5 milhão de porto-alegrenses, eu não estou falando dos 20 mil servidores, honrosos servidores...

Outra mentira: o DMAE não será privatizado, já subi aqui inclusive com a roupa do DMAE para dizer isso, e fica essa cantilena repetitiva; parceria público-privada é uma coisa, privatização é outra. Estou cansado disso aí! Tem 1,5 milhão de porto-alegrenses lá fora que querem agilidade no serviço público, que não aguentam mais ter, no retorno do pagamento dos seus tributos, um serviço abaixo da expectativa. Foi uma fala infeliz, distorcendo um seminário que visava à agilidade do setor público e à transparência do primeiro escalão com os seus servidores. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA MELCHIONNA (PSOL): Boa tarde a todos e todas, em nome do Roberto Robaina, em meu nome, em nome do Alex Fraga, nós vimos debater uma situação muito grave, que agora está na Câmara de Vereadores, diante da tentativa do Prefeito, mais uma vez, impor, num pacote que é global, uma ideia muito clara. Primeiro, de massacre dos servidores e de desmonte da carreira; segundo, de drenar os recursos públicos para fazer parceria público-privada. Ver. Moisés, diz o Prefeito, no seu telão, para os cargos em comissão: “Não serão mais os grandes que engolirão os pequenos, e sim os ágeis que triunfarão sobre os lentos”. É óbvio que o Prefeito está fazendo uma tentativa de coesionar os setores burgueses a aprovar o pacote de maldades, e de alinhar o cabide de empregos que vem sendo utilizado ao longo dos últimos meses para pressionar os Vereadores, a sociedade a aprovarem um projeto que significa menos direitos, menos salário, menos respeito e menos autonomia do servidor. Quando nós falamos de direito do servidor – é óbvio que nós defendemos o direito do servidor público

–, nós estamos defendendo também o direito do povo de ter um serviço público prestado com qualidade. Quando o Governo quer transformar o regime e a concessão do regime, que terá que ser validado ano a ano, com o PL nº 008 – era PL nº 011 no ano passado, mas, com os novos que ele mandou, ficou como PL nº 008/18 –, com esse projeto, o Governo quer, na verdade, usar o regime como elemento de coerção, exatamente como fazia a ditadura militar. Esse modelo de o regime deixar de ser a critério do gestor e ser a critério do interesse público foi uma conquista, uma conquista contra o obscurantismo, contra a coerção dos servidores públicos, uma conquista da ideia do direito do servidor poder ter autonomia para dizer que não vai assinar determinada licença, porque precariza o meio ambiente, porque pode ter maracutaia, ou seja, a autonomia do servidor municipal para colocar os interesses públicos acima dos interesses de governo, porque, muitas vezes, os interesses dos governos são contra os interesses populares.

Mas o pacote é mais grave do que isso. O pacote quintuplica o que vai se gastar com privatizações. Hoje, pela lei complementar, a Prefeitura pode gastar 1% da receita corrente líquida em parcerias público-privadas, e nós não estamos fazendo juízo de valor, porque nós temos essas parcerias público-privadas, estamos apenas dando dados da lei. Com a aprovação da lei das privatizações, o Governo vai poder saltar para R\$ 250 milhões, que não estarão na saúde, que não estarão na educação, que não estarão na assistência social, para atender a interesses privados. É o Robin Hood às avessas: tira dos pobres para, literalmente, dar aos ricos. Mais grave do que isso: os fundos municipais. Nós tivemos uma polêmica em que estavam o Cassiá, o Cassio, eu, o Janta e o Mauro Zacher, num debate no Esfera Pública, semana passada, eu substituindo o Roberto Robaina, porque ele teve uma agenda no horário do debate, nós entramos na polêmica dos fundos. O Governo legaliza a ideia de que os fundos destinados às áreas sociais, se não forem gastos, entre aspas, os seus recursos, poderão passar para o fundo de modernização de Porto Alegre. É isso sim na leitura que nós estamos fazendo. Na verdade, acaba sendo a porta aberta para esse projeto das PPPs, transformando a ideia da cidade de Porto Alegre num espaço que seja de arrocho para os servidores, de desmonte do serviço público e de drenagem de recursos públicos para atender a interesses privados. É isso que está em jogo com os PLs que tramitam na Câmara de Vereadores, e nós não vamos dar acordo, obviamente, para correr pauta. Outra coisa é o debate, como ele vai acontecer, mas não com o nosso aval. Um atropelo que pode

significar a perda de direitos da categoria terá não só o nosso repúdio como o nosso empenho, Ver. Prof. Alex, em tentar derrubar cada um desses projetos, que não são um raio num céu azul. São um projeto de gestão, um projeto neoliberal, um projeto recessivo, um projeto privatista.

Concluo dizendo que é um projeto global, e, nós, globalmente, achamos que esse projeto precisa ser derrotado para o bem da cidade de Porto Alegre. Porto Alegre já está desmontada, basta ir a cada uma das áreas sociais, para ver que o Prefeito está oferecendo banho gelado para a população em situação de rua no frio que tem feito na nossa Cidade nos últimos períodos, que a assistência social está desmontada, que faltam professores, que faltam servidores de carreira nos nossos hospitais, que precisamos chamar os concursados, os técnicos de enfermagem, e que a agenda do Governo tem sido justamente o contrário: desmontar as áreas sociais e tentar privatizar tudo aquilo que é conquista da cidade de Porto Alegre. Volta e meia, fala em privatização da Carris, volta e meia, fala em privatização da Procempa e agora quer usar o dinheiro dos fundos municipais para fazer privatização das nossas estruturas, das nossas empresas públicas, dos ativos da cidade de Porto Alegre. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Valter Nagelstein reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigada, Ver.^a Fernanda. O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, membros desta Casa; é salutar o Governo tentar, de tudo quanto é forma, dizer que reúne seus funcionários no anfiteatro da Amrigs, para ver como se encontram as coisas. Um Governo que reúne seus funcionários para ver como se encontram as coisas é cego. Como se encontram as coisas? A Cidade esburacada, o mato tomando conta da Cidade; uma Cidade cujo Prefeito não gosta de pobre, não gosta de servidor público; uma Cidade que, com pompa, lança programas para tirar os moradores de rua, mas esses moradores cada vez mais aumentam; lança bônus de aluguel de R\$ 500 e não consegue fazer um programa social de aluguel para as pessoas que têm direito ao aluguel social; um Prefeito

que lança um programa de IPTU, que diz que vai dar um bônus para que tem casa de R\$ 60 mil, mas não consegue desapropriar algumas áreas de Porto Alegre com um bônus de R\$ 60 mil; um Prefeito que quer tirar dos servidores municipais a RDE e a RDI. Mas por que não começou isso com os CCs da Prefeitura de Porto Alegre? Agora, vejam bem, o Governo descobre que, quando o servidor público faz greve para defender seus direitos, para defender seu direito a não perder o salário que lhe foi garantido para dedicação exclusiva, para trabalhar na saúde, na educação, na segurança, na Administração Direta da nossa Cidade, o Governo descobre que precisa de CCs. Mas por que o Governo não tira a RDE – Regime de Dedicação Exclusiva – desses CCs, para ver por quanto tempo esses CCs vão continuar na Prefeitura de Porto Alegre, os quase

900 CCs? O Governo agora nomeia CCs em secretarias e empresas que esta Casa já extinguiu. Vimos um caso só, em que foi nomeado um funcionário do metrô, mas isso acontece a rodo, quase 42% dos CCs vinculados à Administração Indireta estão nomeados em empresas e secretarias que não existem mais. Por que o Governo não acabou com os CCS por decreto? Vejam bem, o Michel Temer, que alcançou o índice de 80% de rejeição, extinguiu 60 mil CCs por decreto. Michel Temer! E o Prefeito, que não gosta de pobre... Apesar de que hoje vai inaugurar um posto de saúde até às 22 horas, o único compromisso de campanha que está cumprindo, mal e porcamente, porque o Secretário Erno está fazendo cumprir. O resto, ele não cumpre nada. Por que ele não faz por decreto, já que gosta tanto de decreto? Por que não faz um decreto extinguiu os CCs? Por que não baixa a RDE e a RDI dos CCs da Prefeitura? Por que não baixa a RDE dos secretários? Por que não instituiu o teto, por decreto, no Município de Porto Alegre? Por que o Prefeito não faz essas questões? E aí volta com o velho e bom IPTU, que hoje tem o apoio, vejam bem, do Sinduscon. O que é que interessa para o Sinduscon apoiar o IPTU? O Sinduscon construiu um monte de prédios e não consegue vender, aí vai aumentar o metro construído, olhem só, que maravilha, vai continuar não conseguindo vender. Aí tem o Senge, Sindicato dos Engenheiros. Lá no projeto, o que vai aumentar são os terrenos. Se a pessoa não tiver legalizado o seu terreno, a sua obra, o seu puxadinho, ela vai pagar pelo terreno. E não venham dizer que eu estou viajando, que estou tirando coisas da minha cabeça! Nós estamos indo atrás, e isso já aconteceu em várias cidades. As pessoas estão pagando mais de 3.000% sobre o valor do terreno, porque não conseguem legalizar o seu imóvel, porque tem que contratar um engenheiro.

Deram um desconto de 25% para os imóveis comerciais do Centro, porque eles precisam se recuperar. Mas a Osvaldo Aranha não precisa se recuperar? A Farrapos não precisa se recuperar? A Azenha não precisa se recuperar? A Assis Brasil não precisa se recuperar? A Protásio Alves não precisa se recuperar?

Então, o Prefeito, que não gosta de pobre, que não gosta de empresas que estão fechando, que não gosta da cidade de Porto Alegre, reúne seus CCs para dizer, provavelmente, que eles precisam estar aqui na Câmara pressionando os Vereadores, para aprovar os seus projetos que vendem e sucateiam a cidade de Porto Alegre. Nós não vamos nos entregar, vamos seguir lutando para melhorar esta Cidade, que tanto amamos, e para valorizar cada vez mais os servidores do Município de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Cláudio Janta. O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Boa tarde a todos e todas; de todos os problemas que foram levantados, como a falta de diálogo, de habilidade política, a visão desconectada da realidade da Cidade, me parece que o Prefeito já nasce com um erro original, que é o erro que vem da eleição. Os votos brancos e nulos superaram, quantitativamente, os votos que o Prefeito recebeu na eleição. Isso, do ponto de vista formal, não parece ser um grande problema, afinal, dos votos válidos, ele teve a melhor votação, mas, do ponto de vista da legitimidade política e da legitimação para falar com a Cidade, já no primeiro ano e, no segundo, em especial, começam a aparecer os erros do Prefeito em querer tudo privatizar.

O tema do DMAE é o tema mais simbólico: um departamento que emprestou e empresta recursos para o Executivo não tem sentido nenhum, só para pegar um tema, como não tem sentido a Carris. Falar da privatização da Carris é não entender a importância balizadora que é o transporte público de qualidade, inclusive, para as outras empresas do setor privado. E não para por aí! Semana passada, encerramos a semana com a inexplicável cobrança pela Feira do Livro à Câmara Rio-Grandense do Livro, R\$ 180 mil. O Prefeito percebeu o erro e que tinha mexido com um patrimônio imaterial e cultural da Cidade. Tentando limitar o dano político, recuou e disse que era meramente um equívoco

da gestão, mas de algum lugar essa cobrança partiu, alguém assinou esse boleto, que chegou para a Câmara Rio-Grandense do Livro. E os problemas não param. A Ver.^a Fernanda, agora há pouco, falou dos albergues com água gelada, com pulgas, ou seja, um Prefeito que quer privatizar tudo e não dá a mínima atenção para as questões mais importantes da Cidade. Um Prefeito que fala que a FASC está dando prejuízo, além de uma visão totalmente equivocada, que leva o tema dos direitos somente para o lado econômico dos números, no caso da população em situação de rua, mostra que não conhece nem quer conhecer os problemas da Cidade, os problemas reais. Mesmo sendo uma pessoa jovem, poderia trazer conceitos mais atualizados com a realidade das grandes cidades, como a cidade de Porto Alegre. Mas, quando ele mesmo volta a fortalecer a ideia, por exemplo, dos estacionamentos subterrâneos na região central do Município, mostra a sua total dessintonia com o que mais de moderno e atualizado se tem em relação à mobilidade urbana. Estacionamentos subterrâneos, além de serem inviáveis do ponto de vista econômico, no caso de Porto Alegre, também fazem uma maior atração de fluxo, congestionando o Centro de nossa Cidade.

Eu não quero deixar passar essa frase que foi comentada e que o Prefeito Marchezan, no seu encontro com os CCs – precisou dum auditório lá na Amrigs para reunir todos os seus CCs –, colocou num painel onde está escrito “recado”. Lá estava a frase do Prefeito Marchezan para os seus CCs, de um autor desconhecido: “Não serão mais os grandes que engolirão os pequenos, e sim os ágeis que triunfarão sobre os lentos”. O Ver. Moisés, Líder do Governo, subiu aqui e disse que essa frase estava se referindo a um recado que o Prefeito estava dando para tentar agilizar o serviço público. Eu li e reli essa frase algumas vezes, e aqui está uma concepção de vida, uma concepção filosófica do Prefeito, que é a da competitividade, a concepção típica de um sujeito, de um gestor privatista, que tem a lógica de que um deve sempre competir com o outro. Por isso ele fala que a FASC dá prejuízo. Não há nada de visão de bem público nisso, não há nada de visão solidária com a sociedade, de uma gestão que possa equalizar, possa atender a direitos. Essa frase talvez coubesse a um treinador de um time de futebol prestes a entrar em campo, ou em algum ambiente tipicamente competitivo, mas não a um Prefeito que deve atender aos direitos de toda a cidadania, inclusive daqueles mais lentos. Se aqui diz que a nova forma de competir não é mais entre os grandes e os pequenos, mas os ágeis em relação aos lentos – foi essa frase que ele utilizou –, eu diria: um prefeito deve estar preocupado,

sim, com os lentos, com as pessoas que não tiveram as mesmas condições materiais de competir nesta sociedade competitiva que, como diz o Ver. Bosco, “tem muito cara rápido”. É uma visão que não cabe a um gestor público, que deve atender a direitos da população, e não meramente incentivar uma competição em que vençam os melhores e os mais fortes. Fica a nossa colocação de repúdio a essa visão equivocada de cidade trazida pelo Prefeito Marchezan. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornamos à ordem normal.

Vereador Moisés Barboza (PSDB): Presidente, eu queria apenas dividir com os Vereadores que temos hoje a presença do pessoal da Coordenadoria da Diversidade Sexual, o pessoal do Comitê de Luta da Parada LGBTI, que vai se realizar no dia 1º de julho, na Redenção. Os Vereadores que quiserem conversar com eles sobre o evento que vai ocorrer na Cidade, eles estão ali no canto do nosso plenário.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Muito obrigado. Sejam bem-vindos! Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

O primeiro inscrito é o próprio Ver. Aldacir Oliboni, que estava, portanto, legislando em causa própria. (Pausa.)

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, colegas Vereadores e Vereadoras, eu sei que não é o feitio do nosso Presidente, estava apenas brincando ou

provocando os colegas Vereadores para se manifestarem, até porque nós teremos, em seguida, a Ordem do Dia e, se tiver quórum, estaremos votando as matérias. Infelizmente, no dia de hoje, mais uma vez, a nossa Porto Alegre está nas páginas dos jornais, mas não com uma boa notícia. O jornal Zero Hora faz uma grande matéria em relação à população de rua, fazendo uma crítica muito pontual ao Governo Municipal em função da falta de toalhas e lençóis para os albergues de Porto Alegre. Lamentavelmente! Além disso, percebemos que o Governo Municipal anuncia, na quinta ou sexta-feira, uma consultoria para privatizar a Carris – para mim, está claro isso –, gastando três milhões de reais, e estão faltando lençóis e toalhas na FASC. É mais uma que o Governo Municipal disse que não tem sentido continuar, não é por acaso que faltam mais de 700 funcionários na FASC, Ver. Bosco, com um orçamento, que nós aprovamos nesta Casa, de mais de 200 milhões de reais, para poder trabalhar com as pessoas que estão em situação de extrema vulnerabilidade. De fato, também não sei aonde o Governo quer chegar. Muitos Vereadores chegaram a dizer, e um dos que mais diz é o Ver. Janta, que o Prefeito não gosta de pobre. Está clara para nós essa atitude! Três milhões de reais para uma consultoria, e não repõe as toalhas e os lençóis na FASC, fora as ações ou os programas que deveria desenvolver, que não têm continuidade. Claro que a gente fica indignado, e não é por acaso que a sociedade porto-alegrense também está indignada. Agora, em seguida, o Governo Municipal vai reativar o seu programa de ir às comunidades e dialogar com a sociedade. Dialogar o quê? Será que ele vai dizer que está resolvendo tal e tal programa, está instituindo tal e tal programa? A gente não viu novidade nenhuma em 2017 nem em 2018, a não ser a volta dos projetos que atingem o servidor público e o projeto de aumento de IPTU. Pois o Governo reprisa o que aconteceu no ano passado, em 2018. Não tem nada de novo. Qual é a marca do Governo Marchezan? A gente não viu nada. Agora vem a eleição, param completamente as políticas sociais e qualquer ideia de programa novo, e a população fica novamente desassistida.

Queria, neste cenário, me indignar com duas questões: a ideia da privatização da Carris e a ideia do sucateamento da FASC, porque, na visão do Governo, quanto pior melhor. Aí a população pode dizer, Ver. Robaina: “Como não funciona, vamos privatizar”. Como se fosse a solução para todos os males que nós enfrentamos.

Queria dizer, neste período de Comunicações, que não há como concordar com as políticas adotadas pelo Marchezan, até porque os próprios dirigentes da FASC criticam o

Governo Municipal, quando ele escolhe a Secretaria Municipal da Saúde para implementar um programa para pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social, buscando, na área privada, imóveis para alugar para moradores de rua. Não encontrou. Também havia uma reportagem, há poucos dias, dizendo que apenas seis cidadãos disponibilizaram imóveis para alugar. Claro que é mais um programa que não vai dar certo, porque o Governo não dialoga nem mesmo com as secretarias que são afins, que cuidam desses programas para pessoas com extrema vulnerabilidade social. Nesse sentido, nós queremos dizer que o Governo Marchezan, infelizmente, está perdido.
(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Meu caro Presidente, Valter Nagelstein; meus colegas, minhas colegas, amigos que nos visitam; há um mês, eu participei aos senhores que nós íamos fazer um programa de prevenção de câncer na Câmara de Vereadores. Eu tenho muita experiência em colher preventivo de câncer, não tanto em colher, mas em interpretar, porque é o trabalho que nós fazemos na Restinga há mais de 30 anos e, no Fêmnia, há mais de 40. Muito nos agradou, porque compareceram dezenas de mulheres no ambulatório da Casa, aquele ambulatório que nós vamos, quando temos uma crise de pressão alta, quando botamos um remedinho embaixo da língua, quando temos dor de cabeça, e nos dão um analgésico e conversam com a gente. Dessa vez, abriram as portas, e nós pudemos colher vários preventivos de câncer.

Eu pedi para as Vereadoras, que estão sempre muito ocupadas e que não conseguiram colher o preventivo do câncer, que trouxessem os preventivos do câncer colhidos no seu médico. Quando tu vais fazer um programa, serve, neste caso, que tu tragas o preventivo de câncer de fora. Nós vamos, amanhã, organizar a leitura desses CTs. Eu já soube, de antemão, que foram em torno de 40 mulheres que colheram o preventivo, foi um número razoável, bom. Nós sabemos que, se a gente colher três preventivos seguidos – um ano, dois anos, três anos –, a mulher não terá câncer nos próximos três anos, porque esses três preventivos nos dizem como está a biologia, como está a relação dela com o HPV, que é o vírus que causa câncer de colo de útero. Eu já soube, pela dona do laboratório,

que nos agradou com a sua presença nos trazendo os materiais para coleta, que nenhum dos exames feitos ali – 80% foram feitos pelas funcionárias da Casa, foram as terceirizadas que fizeram – apresentou câncer de colo de útero. Agora eu vou ver se tem pré-câncer, vou ver como interpretar os exames, para poder seguir esse programa, porque eu espero que, depois que eu saia da Câmara, ele continue acontecendo, pois um exame desses custa R\$ 0,96, baratíssimo, e nos dá uma resposta tão maravilhosa como é não deixar desenvolver o câncer. É uma maneira de prevenir o câncer, mas por ação forte, tirando o pedaço do colo do útero que está afetado por uma pequena úlcera, que é o câncer do colo de útero.

Hoje eu vou ver que tipo de ação nós vamos tomar com o que aconteceu, se deu inflamação, se não deu. Antes, sei que não deu. Venho dar para vocês a notícia. Façam seu preventivo de câncer, mulheres do mundo; e homens que amam as mulheres, peçam para elas fazerem.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Dr. Goulart. Aproveito para comunicar o que eu estava informando ao nosso ex-Presidente, Ver. Cassio Trogildo: no dia 14 agora, nós estaremos oferecendo as vacinas da gripe no nosso ambulatório aos trabalhadores, funcionários, servidores da Casa e aos Srs. Vereadores. Conforme eu havia ajustado com o Secretário Erno e conversado com a Dra. Rosa e com o pessoal do nosso ambulatório, estaremos disponibilizando o ambulatório para vacinação pública, para as pessoas que quiserem – nós estamos transmitindo agora pela TVCâmara –, a partir do dia 14, encerrados os grupos prioritários, dentro das vacinas disponíveis. Estaremos oferecendo à população em geral as nossas instalações, os nossos médicos, para aplicação das vacinas contra gripe.

O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. João Carlos Nedel.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado, Ver. Valter Nagelstein. Quero aproveitar, Tarciso, João Bosco e outros colegas que militaram e militam ainda no esporte, essa atividade que tanto nos honra, para dizer que nós teremos o início da Copa na quinta-feira. Eu não estou preocupado com o resultado, o Brasil já ganhou cinco e perdeu umas

duas, que poderia ter ganho. As Copas vão se suceder, o Brasil ganhará outras, mas nós devemos aproveitar este momento do esporte para qualquer esporte, porque qualquer esporte é bem-vindo. As crianças estão fazendo essas trocas de figurinhas, isso é ótimo, nós já passamos por isso. Que as crianças possam ser envolvidas na escola e na família através do esporte. Tenho certeza, Tarciso – nós estamos aqui e podemos falar com a maior tranquilidade –, de que nós não estaríamos aqui, se nós não tivéssemos feito essa escola da vida, que é o esporte. Eu lembro quando meu pai dizia, João Bosco: “Vai para o campinho, vai para o campinho!”. A minha mãe adoecia de dois a três meses por ano. Para dar tranquilidade a ela e fazer com que vivêssemos um pouco com os colegas, com os amigos, nós íamos para um campinho que tinha uma vila militar em frente. Depois, veio a escola, que me deu sustentação. Eu vejo, invariavelmente, nas propagandas, dizerem que o banco tal ajuda o esporte, Tarciso! Não ajudam nada, pagam a propaganda na televisão, isso não é apoiar o esporte. Certa vez, eu mandei correspondência para um banco desses pedindo que contribuíssem com um *kit* de material esportivo para as escolas municipais, estaduais deste País. Isso é colaborar com o esporte, Ver. Adeli. Nunca me responderam, porque não têm interesse, mas aí pagam as emissoras para a cobertura da Copa, dos Jogos Olímpicos, ou do Campeonato Brasileiro, mas não são capazes de fornecer um *kit* de material esportivo para as escolas, que não têm sequer professores, que não têm material esportivo para praticar. Eu sou oriundo da BIC Olimpíada Estudantil do Rio Grande do Sul, uma olimpíada que acontecia a cada ano numa região. Nós, do Colégio Estadual São Borja, fomos vice-campeões estaduais, perdendo para Pelotas, Colégio Gonzaga, um grande colégio, na BIC Olimpíada Estudantil do Rio Grande do Sul, em 1970, em Livramento. Aquilo, para nós, não tem como esquecer, esse momento não tem como esquecer.

Portanto, o que eu peço neste momento não é o Brasil ganhar e nós ficarmos iludidos, gastarmos dinheiro com estádios, como aconteceu. Nós precisamos valorizar a família, a escola que não tem sequer uma bola para praticar esporte. Quando eu era Deputado, fiz uma comissão parlamentar especial sobre as escolas estaduais e o esporte praticado nelas. Pasmem! De mais de três mil escolas, apenas em torno de mil escolas tinham uma quadra, ou um campinho de futebol. Aí nós queremos, Ver. Freitas, Alvoni, um País melhor sem a prática do esporte? Qualquer prática do esporte! Antigamente, até o futebol tinha predominância. Hoje não: é basquete, é vôlei, é handebol, tudo, qualquer atividade.

Sou o criador, em Porto Alegre, da olimpíada municipal, que poucas vezes foi feita. Estou cogitando, estou pedindo à Secretaria de Educação que faça, aproveitando a Copa do Mundo, uma olimpíada municipal. Tem que praticar esporte. Nós devemos tudo ao esporte, nós não estaríamos aqui se não fosse o esporte. As famílias têm dificuldade, mas a escola aproxima a família e faz com que as nossas crianças, os nossos adolescentes, os nossos jovens pratiquem o esporte. Terão outras mentes, entenderão melhor o mundo e, sem dúvida, na escola, terão um rendimento muito melhor devido a essa abertura, a essa interação com os colegas.

Portanto, Presidente, a Copa do Mundo eu não sei se nós vamos ganhar, somos um dos favoritos, mas nós precisamos ganhar é nas escolas, na família, praticando esporte e tendo uma juventude pensando no futuro. Este Brasil precisa da juventude, que está estagnada, que está parada, que está corrompida, que está sofrendo uma lavagem cerebral em outros aspectos, às vezes, até na religião, ou na questão partidária. Os partidos estão fazendo lavagem cerebral em vez de ensinar o que é um país moderno, o que é um país para frente, com a juventude alavancando a sua potencialidade, mas deve começar pela escola, Presidente. Vamos praticar esporte, qualquer esporte, se não vencer na prática esportiva, tenho certeza que, pelo menos, será um cidadão que terá uma visão moderna e diferente de mundo, e, sem dúvida, a família contemplará com os estudos e automaticamente com um futuro melhor. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Cassiá. A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PMDB): Boa tarde, Sr. Presidente, Vereadores e Vereadoras, público que nos assiste nas galerias ou em casa. Eu me nego a falar mal do Rio Grande do Sul, não porque o atual Governo é do meu partido e, sim porque este Estado é meu – é meu, é teu, é nosso. Não são as visitas que arrumam a casa, somos nós, os donos desta casa que arrumamos. O Rio Grande é a nossa casa, e cabe a nós continuar melhorando e buscando alternativas para o nosso desenvolvimento. Temos uma economia diversa. O agronegócio nos orgulha e, a cada ano, vem dando demonstrações de que sua pujança e qualidade dos nossos homens e mulheres do

campo são enormes. Nossa indústria é forte e tem sido referência internacional em diversos setores, como a vitivinicultura, o moveleiro, o metalomecânico e o calçadista. Nosso comércio é sinônimo de qualidade em todo o Brasil, basta dizer que a maior varejista do País, a Renner, é daqui, e assim sucessivamente. Isso sem falar no potencial turístico do Rio Grande do Sul, a cidade mais visitada do Brasil é a nossa Gramado. Mas temos potencial para muito mais.

Na semana passada, a Assembleia Legislativa sonogou dos gaúchos o direito de decidir sobre o futuro de três empresas estatais gaúchas e também das finanças do nosso Estado. Por 29 votos a 23, os Deputados Estaduais rejeitaram a antecipação do plebiscito sobre a privatização da Sulgás, da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, e da Companhia Riograndense de Mineração – CRM. Esse episódio coloca em voga a discussão sobre o oportunismo eleitoral que o resultado conota, quando se observam deputados que não só fizeram parte do Governo do Estado, como foram secretários desse mesmo Governo, usando de discurso plenamente demagógico em um momento crucial para o nosso Estado. Temos um Estado financeiramente destruído por anos e anos de irresponsabilidade dos governos. A manutenção de um Estado inchado e populista traz sérias consequências para as futuras gerações. Estamos fadados a manter empresas públicas com salários astronômicos, enquanto não conseguimos manter a polícia nas ruas e os professores nas salas de aula. É inadmissível que estejamos mantendo uma estrutura falida em prol de desejos obsoletos de políticos tradicionais, enquanto não conseguimos manter a polícia nas nossas ruas, não conseguimos nem pensar no futuro de um Estado e, sim, nas urnas de outubro que se avizinham. Temos que conseguir manter os serviços básicos da nossa população. Temos que permitir que o cidadão consiga andar nas ruas sem o medo da insegurança. Precisamos conceder às nossas crianças e adolescentes um ensino de qualidade, com professores nas salas de aula e não nas ruas fazendo greve. Temos que ter a dignidade de permitir uma saúde pública com qualidade. O interesse público é dar qualidade de vida a todos os gaúchos e gaúchas e não manter os interesses de uma parcela favorecida com uma máquina pública inchada. Quanto mais se veem demagogos defendendo a manutenção de empresas públicas, mais escândalos de corrupção saem de dentro dessas mesmas empresas. A displicência da classe política vem mantendo o cidadão refém de migalhas. Isso temos que combater. A crise do Estado, senhoras e senhores, é de autoestima. Deixamos de

bater no peito e nos orgulhar como faziam os nossos avós, os nossos pais, os nossos bisavós. Chega de mimimi. O Rio Grande do Sul precisa de todos nós. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Muito obrigado, Ver.^a Comandante Nádia. O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Desiste. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores que acompanham os nossos trabalhos e discussões na tarde de hoje, Vereadores e Vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara. Eu subo à tribuna nesse período de Comunicações para falar sobre alguns assuntos que estão acalorados na cidade de Porto Alegre. O primeiro deles é em relação à reportagem que saiu no dia de hoje a respeito da situação dos albergues da nossa Cidade. Já foi antes destacado nesta tribuna a condição desumana que está sendo dada para a parcela mais necessitada do Município de Porto Alegre. A questão da falta de chuveiros aquecidos inviabiliza um banho quando, nos dias anteriores, tivemos temperaturas abaixo de 10°C. Mesmo que a temperatura estivesse mais alta, é desumano, é contraditório ao bom senso e à dignidade da pessoa oferecer essa condição terrível. Se o indivíduo deseja tomar banho gelado no inverno, é problema seu; agora, quando ele é obrigado a fazê-lo, não há explicação. Soma-se isso ao fato de que nestes albergues as condições de sobrevivência são extremamente ruins, como é o caso relatado, na reportagem do caderno Sua Vida, do jornal Zero Hora, de que no albergue sequer os bebedores funcionam, e os indivíduos são obrigados a beber água nas torneiras dos banheiros, enquanto não é servida a refeição e, portanto, a água junto com ela. O indivíduo tem que se sujeitar a essa condição sub-humana. Os relatos também do aparecimento de um surto de pulgas é algo terrível, senhoras e senhores, não condiz com os mínimos valores que devemos prestar aos cidadãos desta Cidade.

Vereador André Carús (PMDB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Prof. Alex, primeiro eu o cumprimento pela manifestação. Eu queria apenas deixar aqui, contribuindo com a sua fala a respeito deste tema, como se lança, por parte da Prefeitura, um plano ousado, que eu torço que dê certo, para se pagar aluguel social, para

se encaminhar com dignidade as pessoas em situação de rua, se o sistema que já existe está nessas condições; se a FASC continua inoperante, se não há uma política efetiva de assistência social na Cidade. Por que não se revelou isso antes ou não se consertou antes de lançar o plano com as modificações que foram propostas? Queria apenas colocar a reflexão, contribuindo com a fala de Vossa Excelência.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Muito obrigado pelo aparte, Ver. Carús. Realmente são pontos a serem destacados. Cabe destacar aqui também a intenção desta Casa Legislativa, se não me engano por sugestão do Ver. Cassiá Carpes, da destinação da devolução de R\$ 20 milhões para a Prefeitura implementar esse valor devolvido nas ações para a população em situação de rua e também para a operação Tapa Buracos, eis que o Executivo negou esses recursos. Negou, porque disse que não teria condições de aplicar nessas áreas, ou seja, a Prefeitura abre mão de pelo menos R\$ 10 milhões para aplicar em políticas públicas para a população em situação de rua. Ver. Cassiá, eu acredito que, com R\$ 10 milhões, é possível comprar um chuveiro elétrico para implementar nos albergues, nos abrigos. Ou seja, a desumanidade deste Executivo não tem limites, creio eu que não tem precedentes também. Portanto, destaquemos aí a gestão que, como muito bem destaca o Ver. Cláudio Janta, não gosta de pobre, a gestão que está retirando os guardas municipais das escolas em que ainda estão lotados, que garantem o mínimo de segurança para nossas crianças e nossos jovens, que buscam lá a sua formação, a constituição de bagagem cultural para vencer os desafios que a vida lhes irá impor.

Portanto, eu visitei, neste final de semana, a Escola Antônio Judice e a sua comunidade escolar que estiveram reunidas justamente para debater a perda iminente do seu guarda municipal no turno da manhã e da tarde; ficarão apenas com guarda no turno da noite, se ficarem. Eis que o Prefeito talvez não saiba – ou saiba e faça pouco caso – que a região de periferia, onde tem população com maior índice de vulnerabilidade social, é mais assolada pela violência, e a remoção dos guardas municipais ameaça ainda mais a integridade das nossas crianças. Vide o que acontece sistematicamente no Pessoa de Brum, no bairro Restinga Velha: tiroteios são frequentes, as crianças e os professores têm que se jogar no chão porque já aprenderam a como se portar nessas situações que são corriqueiras. Esse é o tipo de exemplo, esse é o tipo de importância que a Prefeitura dá

para o que diz ser o futuro da nossa Nação. Não podemos aceitar, não podemos fechar os olhos.

Eu gostaria, nessa breve conclusão que farei, de dizer que, infelizmente, existe uma virtude que, pelo visto, não anda pelo Paço Municipal, que é a capacidade de autocrítica. Quando se faz algo errado, o indivíduo tem que refletir e corrigir os seus erros, mas o Prefeito Nelson Marchezan Júnior é incapaz de fazer uma leitura dos seus atos e de corrigir os problemas que ele mesmo cria. Um grande abraço a todos e seguimos, nós, porto-alegrenses, resistindo a essa Administração que está nos levando para o caos. (Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cláudio Janta assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE CLÁUDIO JANTA (SD): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Tempo de Presidente.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Srs. Vereadores, senhoras e senhores, nós estamos no dia 11 de junho, no limiar de mais uma Copa do Mundo que mobiliza o nosso País. Quero, em primeiro lugar, dizer que, submetida à Mesa e à Presidência a questão do ponto facultativo, diferentemente de outros tantos Poderes, da Justiça brasileira, do Executivo e de outros tantos, a nossa decisão é não criar pontos facultativos aqui na Casa. Nós vamos trabalhar normalmente. Nós podemos disponibilizar televisores, mas a Câmara de Vereadores não vai parar nesse período da Copa do Mundo. Mais do que isso, quando assumi aqui, no início do ano, assumi com um verdadeiro planejamento do nosso trabalho ao longo do ano, com o objetivo de inovar, dialogar, fiscalizar e agir. Nós assim temos feito. Nós temos a Câmara na Rua, por exemplo, que ajudou a abrir a trincheira da Av. Ceará, que estava fechada. Foi a pressão da Câmara Municipal de Vereadores que fez com que as peças se movimentassem e nós conseguíssemos abrir a trincheira. Ainda não conseguimos resolver a contento a questão dos moradores de rua, mas oferecemos, das economias da Câmara Municipal de Vereadores, R\$ 10 milhões para que fossem utilizados para a minoração desse problema em Porto Alegre. Da mesma forma os buracos. Nós fomos até a usina de asfalto da Restinga, verificamos quais são as questões, verificamos que tem um orçamento anual de R\$ 15 milhões e

oferecemos outros R\$ 10 milhões, praticamente duplicaria o orçamento da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana, para que fosse enfrentada essa questão dos buracos nas ruas de Porto Alegre, que assola a cidade como um todo.

Eu considero, nesse aspecto, que isso é agir e inovar. Mais do que isso, Vice-Presidente que fui do Presidente Cássio Trogildo, começamos no ano passado, um programa de inovação que é único e percussor entre os Poderes do Brasil, não diria só entre os Legislativos. Nós inauguramos, na semana passada, uma usina de geração de energia elétrica a partir da energia solar, algo que é inédito e que não existe no nosso País. Nós estamos agregando a isso todo um ciclo completo de sustentabilidade que implica na coleta e reutilização do azeite que é utilizado aqui na Casa, nos nossos restaurantes, unidades coletoras de pilhas, de lâmpadas, de bituca de cigarro. Fizemos um convênio com o TRF 4 e estamos implementando papel zero aqui, diminuindo só nesta rubrica do papel o que se estima uma diminuição algo em torno de R\$ 2 milhões, que, infelizmente, é um número impressionante que a Câmara acaba gastando por ano em papel, obviamente com as questões ambientais que isso representa também. Temos buscado mais do que isso reduzir custos. Identificamos que é um problema grave na sociedade brasileira que é a questão da criminalidade e da violência, dos poucos recursos que há no Poder Executivo, que tínhamos uma frota aqui na Casa que era subaproveitada, desmobilizamos 50% desta frota e doamos à Guarda Municipal para que fosse alocada onde a população mais precisa, que é ajudar na questão da insegurança e na questão da violência. Identificamos, Ver. Cassio Trogildo, num trabalho que havia começado lá atrás, de uma tentativa primeira de fazer um redesenho com uma consultoria externa, depois decidimos que faríamos com a mão de obra dos próprios trabalhadores da Casa, que faríamos um redesenho utilizando as estruturas internas da Casa, e assim temos caminhado neste sentido. Identificamos que havia 68 unidades administrativas abaixo da presidência, e que era preciso racionalizar essa estrutura. Estamos trabalhando, e, daqui a uns dias mais, será apresentado para a Casa uma redução de algo em torno de 20% dessa estrutura. Ao mesmo tempo estamos propondo a redução de um terço das funções gratificadas, sem mexer com nenhum direito adquirido dos funcionários e dos trabalhadores, dos colaboradores do Poder Legislativo, na medida em que a maior parte dessas funções gratificadas já estão incorporadas aos trabalhadores que labutam diariamente aqui na necessária função do Poder Legislativo.

E falei, no início da minha fala aqui, Sr. Presidente, na Copa do Mundo, porque quero fazer uma reflexão histórica: nós estamos no ano de 2018, e o primeiro ano, Ver. Carús, que o Brasil conquistou uma Copa do Mundo foi em 1958. De 1958 para 2018, é possível afirmar que em vários setores nós avançamos, mas politicamente não avançamos nada, senhores, e esta é uma reflexão que a sociedade brasileira precisa fazer. Nós estamos – a sensação que tenho – navegando num verdadeiro mar de lama, numa nau, onde está o povo brasileiro, quase des governada, sem rumo, e adiante de nós três formidáveis *icebergs*. Nós temos o *iceberg* da extrema esquerda, com todo o ideário que tentou constituir no nosso País, do Foro de São Paulo e tudo o mais. Desse ideário e da força de barra nasceu um segundo *iceberg*, que é o da extrema direita hoje, e nós temos posto no Brasil esses dois extremos no nosso horizonte, e um terceiro, a nos assombrar a todos nós, que é o do desconhecimento ou da generalização da atividade política e dos julgamentos precipitados e rasos que acabam por atingir a nós todos. Esses desafios são formidáveis, e esses desafios não estão postos hoje. Se nós olharmos o ano de 1958, nós saíamos do Presidente Juscelino Kubitschek, da ida para Brasília, que foi um erro crasso da história brasileira, se tirou o poder político brasileiro do centro cultural, que era o Rio de Janeiro, se levou para o meio do Brasil, para o planalto central, se afastou a instância decisória da cidadania do Brasil e se cercou Brasília das corporações dos serviços públicos – esse talvez tenha sido o erro fundante desses últimos 50 anos da política brasileira. Naquele momento, nós tínhamos, como temos agora, denúncias de corrupção e nós tivemos a ascensão de um presidente da República que chegou num cenário parecido com o de hoje. Jânio Quadros assume com um discurso ultrarreacionário e com uma vassourinha, dizendo que ele era o grande agente da depuração da política brasileira e da corrupção, naquele momento. Nós vivíamos exatamente nessa mesma instabilidade: elegemos no Brasil Jânio Quadros, havia a possibilidade de eleger o vice-presidente de uma outra vertente política, naquele momento se elegia um de cada partido; Jânio Quadros, pouco tempo depois, seis meses, renuncia, assume a Presidência da República João Goulart, que é dominado pelos partidos da extrema esquerda e pela agenda dos partidos da extrema esquerda, nasce, em reação a isso, todo um setor mais conservador da sociedade brasileira, e nós acabamos, meus caros Vereadores, entrando num período de exceção com o golpe militar de 1964, que, na verdade, se propunha a durar dois anos e acabou por durar trinta anos. Saímos de 1958 para 2018 e parece que o

cenário é o mesmo, infelizmente. Agora vem a Copa do Mundo, e nós vamos ter praticamente 30 dias em que o povo brasileiro vai estar amortecido, em que nós estamos perdendo a capacidade histórica, eu diria, de retomar os caminhos do nosso País.

Eu quero afirmar para os senhores que a minha geração não é responsável por isso que nós estamos vivendo no Brasil. Nós somos herdeiros, eu sou herdeiro, a minha geração é herdeira de algo que não nos pertence e que nós não queremos. Eu tive a possibilidade de visitar, de estudar e de conhecer, graças a Deus, países desenvolvidos; e vi que, fugindo dessas radicalizações, fugindo dos lugares comuns, investindo em educação, os países puderam construir consensos e avançar na liberdade do indivíduo, na liberdade econômica, na segurança jurídica e, a partir daí, construir uma página de desenvolvimento. Quem sabe nós aproveitemos nesses trinta dias, que são trinta dias em que o Brasil se encontra amortecido por força disso, e façamos a reflexão que é tão necessária. Quando nós sairmos, no dia 14 de julho, da Copa do Mundo, nós vamos estar a três meses da eleição. As pesquisas nos indicam que quase a metade da população brasileira não deseja votar nesse ano de 2018. O que é um enorme equívoco. Não há nenhuma alternativa que não seja a partir da construção do nosso futuro, a partir das nossas próprias escolhas, ou das nossas renúncias. Uma certeza todos nós temos que ter nesse liminar de uma nova eleição, que, se nos próximos quatro anos, ou se, nos próximos cinquenta para olhar para 1958, o Brasil ainda não tiver encontrado o seu destino, é porque nós, como sociedade brasileira, não soubemos, como no passado, mais uma vez, encontrar o nosso caminho e construir os nossos consensos. Edmund Burç dizia que um povo que não conhece a sua história está fadado a repetir os erros do passado. O que eu desejo, na função de presidente do Legislativo, buscando dar o exemplo de como é que um Poder Legislativo precisa inovar, precisa agir, precisa fiscalizar, precisa dialogar, precisa estar aberto, precisa respeitar as diferenças, mas precisa, para além disso, conseguir construir consensos, é que, a partir exatamente disso, a gente consiga mostrar para a sociedade qual é o caminho que devemos seguir. Parece difícil, parece quase uma missão inglória, parece que nós estamos pregando no deserto, parece a parábola do bom sementeiro: grande parte das sementes que a gente tem jogado não tem frutificado. Mas é preciso ter fé, é preciso ter esperança, é preciso ter convicção e, acima de tudo, é preciso perseverar no bom caminho, buscando fazer essa pregação, para que as pessoas compreendam que não há outro caminho senão aquele da construção e do

protagonismo, através das nossas mãos, do nosso próprio destino. Que a gente aproveite esse período, período que nós não vamos ter recesso, período que nós vamos estar trabalhando, para conseguir contaminar a população brasileira com esta consciência e com esse sentimento, que é preciso desviar desses *icebergs* que estão postos à nossa frente, dos extremos, da descrença, do tribunal leviano das redes sociais, que insistem, hoje em dia, em instantaneamente acusar, julgar e praticamente condenar as pessoas sem que haja uma análise de profundidade com relação a isso. Que se tenha a capacidade de ir além disso, se tenha a capacidade de fazer o juízo adequado para que daqui a 50 anos nós possamos legar para as futuras gerações não o Brasil que eu recebi para minha geração, mas um Brasil que se encontre com o verdadeiro destino, que é o do nosso País, um País cheio de riquezas, um País com um povo maravilhoso e que não merece estar perdido e estar atolado no mar de lama em que nós estamos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Solicito ao 1º Secretário, Ver. Cláudio Janta, que proceda à chamada nominal para verificação de quórum. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sete Vereadores presentes. Não há quórum.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h12min.)